



## **JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELO ADVOGADO QUIRINO FERREIRA – REPRESENTANDO EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO CERTAME**

### **1. DO RELATÓRIO**

A Prefeitura Municipal de Vitória publicou edital de Pregão Eletrônico nº. 172/2021, que tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**, com data de abertura para o dia 08/02/2022.

Após conhecimento do Edital, o Advogado **QUIRINO FERREIRA** interpôs impugnação alegando, em síntese:

I – Inadequação da modalidade licitatória (Pregão Eletrônico);

II – Ausência de clareza e contradições das regras editalícias;

II.a – Contradição na idade máxima dos equipamentos para o Tratamento Fitossanitário (subitem 23.7 do Anexo I – Projeto Básico);

II.b – Solicita retorno da aba que diz respeito à “Administração Local”;

II.c – Divergência no valor do período diurno no serviço de Irrigação (Subitem 5.1.1. – Anexo II – Composição de preços de preços unitários);

II.d – Equívoco na quilometragem utilizada para cálculo do combustível para os caminhões no que diz respeito à Área Livre;

II.e – Falta de clareza no edital se a empresa arrematante poderá apresentar modelo de composições de custos em seu próprio modelo;

II.f Falta de clareza na exigência de Qualificação Técnica, subitem 9.3.4 do edital;

II.g – Descumprimento do edital de regras para circulação de veículos (Anexo I – Projeto Básico);

II.h – Os salários e benefícios do “supervisor de turma” e do “motorista carro leve” no serviço de “Poda de Gramado” estão invertidos (Subitem 11.2 – Anexo II – Composição de preços unitários);

II.i – A quantidade de funcionários exigidos para o serviço de Poda de árvores não está clara (subitem 23.9.5 – Anexo I);

II.j – Contradição entre o Projeto Básico e Planilha de Composição de preços unitários no que diz respeito a quantidade de banheiros químicos;



II.k – Divergência no valor do óleo diesel (subitem 9.1 – Anexo II);

II.l – Os equipamentos “Martetele”, “Rompedor” e “Gerador” constam na planilha de composição de custos, porém, não constam no Projeto Básico;

II.m – No que tange à retirada de árvores, está sendo considerada insalubridade para as funções “Jardineiro Motopoda” e “Jardineiro Motosserra”, no entanto, na Convenção Coletiva de Trabalho das categorias não consta tal direito para essas funções;

II.n – Nos itens de serviço de irrigação diurna e noturna foi considerada a função “ajudante”, porém, não consta esta função na CCT;

II.o – Na função “Agente Controlador” está sendo considerado insalubridade, o que também vai de encontro à Convenção Coletiva, pois também não consta tal previsão;

II.p – Indicação de insalubridade para a função “Jardineiro Operador”, mas não há este direito na CCT;

II.q – Na mesma linha dos itens anteriores, para Poda de Árvores, as funções de “Jardineiro Motopoda” e “Jardineiro Motosserra” teriam direito a receber insalubridade, o que também não é contemplado na CCT para as citadas funções;

II.r – Não foram considerados banheiros químicos para atender as necessidades dos trabalhadores envolvidos na Manutenção de Parques;

II.s – Divergência entre o “Projeto Básico” e “Planilha de Composição de preços unitários” referente à quantidade de gasolina para utilização na roçadeira e motopoda;

II.t – Da desatualização dos preços dos combustíveis (Gasolina e Óleo Diesel);

II.u – Da eventual vistoria nas dependências da licitante vencedora;

II.v – Falta de clareza entre o subitem 9.3.6.1 e Anexo IV do Edital;

É o breve relatório.



## **2. DA TEMPESTIVIDADE E FORMALIDADE**

Destacamos que o prazo e a forma correta para interposição da impugnação encontram-se arrematados no item 08 do instrumento convocatório, tendo a empresa atendido as exigências elencadas no Edital.

## **3. DA ANÁLISE DO MÉRITO E FUNDAMENTAÇÃO**

### **I – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES POR MEIO DE PREGÃO – INADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA.**

Quanto à citada alegação, esta não deve proceder, conforme justificativa no Projeto Básico, *in verbis*

De plano, importa esclarecer que, o legislador definiu que o escopo do “Pregão” seria a seleção de objetos **caracterizáveis** como “bens e serviços comuns”, assim os definidos no artigo 1º da Lei nº 10.520/2002: “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser **objetivamente definidos** pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Não obstante a clareza normativa, devido à celeuma jurídica que injustificadamente se criou em torno da matéria, o Tribunal de Contas da União houve por bem pacificar a questão com a edição da Súmula nº 257, com a seguinte redação: “O USO DO PREGÃO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA ENCONTRA AMPARO NA LEI N. 10.520/2002”.

Para que os serviços de engenharia sejam caracterizados como comuns é requisito essencial que seus padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, faz-se necessário também que o mercado oferte de forma corriqueira, habitual, o serviço com esses padrões, de forma que suas utilizações sejam normalmente reconhecidas e aceitas como cotidianas pelos profissionais da área de engenharia.

Neste íterim, destacamos que **os serviços da presente licitação estão definidos com clareza e objetividade as atividades e serviços que deverão ser desenvolvidos durante a execução do futuro contrato, bem como as especificações, orientações, metodologias de execução e padrões de desempenho que deverão ser estritamente observados.**

Ademais, a metodologia de execução é reconhecida e aceita como habitual pelos profissionais da área de engenharia.

Por todo o exposto, com amparo dos preceitos legal e dos precedentes jurisprudenciais que versam sobre o tema, vimos por satisfeitos os requisitos para adoção da modalidade Pregão na forma Eletrônica. (grifei)

Destaca-se que, silente a Lei 10.520/2002 quando à Modalidade Pregão Eletrônico para serviços de engenharia, o Tribunal de Contas da União se manifestou no Acórdão nº 841/2010 – Plenário, que culminou na Súmula 257, citada acima, que o Pregão **deve** ser utilizado para a contratação de serviços de engenharia comuns arguindo que tal modalidade propicia a ampliação da competitividade e a obtenção de propostas mais



vantajosas.

Corroborando a licitação por Pregão Eletrônico, o Conselho Nacional de Justiça, impelido a se manifestar acerca do assunto na Consulta nº 00064140-60.2012.2.00.0000, formulada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná (TER/PR), pronunciou-se favorável:

**EMENTA: CONSULTA. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ. REQUISITOS DO ART. 89 DO RICNJ. ATENDIDOS. CONHECIDA. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA. UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO. POSSIBILIDADE.**

- A modalidade licitatória do pregão pode ser utilizada para contratação de serviços de engenharia, desde que estes possam ser enquadrados como de natureza comum, consoante o art. 1º da Lei Federal nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) e o art. 4º do Decreto Federal nº 5.450/2005. Precedentes do TCU.

- Se possível a utilização da modalidade do pregão, deve-se dar preferência à espécie do pregão eletrônico em face do pregão presencial, nos termos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0003565-16.2011.2.00.0000.

Apesar de a impugnante descrever que “a exigência de CREA e atestados técnicos dos profissionais responsáveis pelos serviços a serem contratados falam por si só e comprovam tratar-se de serviço especializado e não “comum””, saliento que a definição de Serviço de Engenharia Comum não exclui a participação de um profissional, conforme Decreto Municipal nº 17.959/2019, com redação similar ao do Decreto Federal nº 10.024/2019, que explicita

“Art.2º Para efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

[...]

III – Serviço Comum de Engenharia - atividade ou conjunto de atividades **que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado**, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de **desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos** pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado.” (grifei)

Portanto, não é a necessidade de um profissional registrado que identifica o serviço como comum ou especial, mas a definição objetiva e clara dos serviços, ou, como posto pelo doutrinador Marçal Justen Filho<sup>1</sup>, “quando a Administração Pública não formula exigências específicas para uma contratação determinada, **mas se vale dos bens ou serviços tal como disponíveis no mercado**” o que se aduz do Projeto Básico, do Edital e das demais planilhas que acompanham a licitação.

Também não cabe a alegação de que “serviços de engenharia” são, necessariamente, “serviços técnicos especializados/qualificados”, pois o fato de estar caracterizado como “serviço comum de engenharia” não quer dizer que não pode haver nenhuma complexidade técnica no serviço licitado.

---

<sup>1</sup> Pregão: Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico – 4ª ed., São Paulo: Renovar, 2005, p.26



Destarte, vale destacar a distinção entre os conceitos de “serviço comum” e “serviço simples”, nesse sentido, escreve Jessé Torres Pereira Júnior que:

“Em aproximação inicial do tema, pareceu que ‘comum’ também sugeria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. **O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser ‘comum’**, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração, a modalidade Pregão é cabível a despeito da maior sofisticação do objeto.”  
*Jessé Torres Pereira Junior, Comentários à [Lei de Licitações](#) e Contratos da Administração Pública, 7ª ed., Renovar, 2007, p. 1054*

Corroborando com o tema, a doutrinadora Vera Scarpinella entende que:

**... o objeto comum para fins de cabimento da licitação por Pregão não é mero sinônimo de simples, padronizado e de aquisição rotineira.** Bens e serviços com tais características estão incluídos na categoria de comuns da Lei [10.520/2002](#), mas não só. **Bens e serviços com complexidade técnica, seja na sua definição ou na sua execução, também são passíveis de ser contratados por meio de Pregão.** O que se exige é que a técnica neles envolvida seja conhecida no mercado do objeto ofertado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva no edital”. *Vera Scarpinella, in Licitação na Modalidade de Pregão, Malheiros, 2003, p. 81*

Cabe esclarecer que a Administração Pública age pautada pela Lei, que não se encontra em falta na definição do que é Serviço Comum de Engenharia, como demonstrado acima.

A competência para esta aferição do caráter "comum" de um serviço de engenharia pertence ao órgão requisitante, através do agente público incumbido desta tarefa.

Em 2014 o Município de Vitória publicou e homologou o P.E. n. 202/2014, cujo objeto é o mesmo do P.E. 172/2021, que é a **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES”**.

Após representação apresentada pelo Ministério Público de Contas relatando supostas irregularidades, sendo uma delas o uso da Modalidade Pregão para o Objeto em questão, foi emitida pelo Conselheiro Relator a Decisão Monocrática Preliminar DECM 610/2014 (em anexo) determinando a notificação dos gestores responsáveis, à época, pela licitação.

Após manifestação dos gestores notificados e decorrido os trâmites concernentes à citada Representação, reuniram-se em Sessão do Plenário em 29/10/2020 os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do



Espírito Santo, onde tem-se a seguinte decisão:

ACÓRDÃO TC-1215/2020 – PLENÁRIO

Processo: 04874/2014-1 Classificação: Controle Externo - Fiscalização -  
Representação UG: PMV - Prefeitura Municipal de Vitória Relator: Sérgio  
Aboudib Ferreira Pinto Representante: MINISTERIO PUBLICO ESPECIAL DE  
CONTAS Responsável: ROSA MARIA CRIVILIN, GUILHERME BATITUCCI, ALEX  
MARIANO, RAQUEL FERREIRA DRUMMOND DE AGUIAR, ISABEL CRISTINA  
BAPTISTA LOUVEM BRUNETTI, ROBSON RANGEL FREIRE, NILTON LOURENCO  
DE SOUZA, LUCIANO SANTOS REZENDE, RUBEM FRANCISCO DE JESUS  
Terceiro interessado: CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA Procurador:  
LEONICE BARROS BORGES SCHNEIDER (OAB: 24663-BA, OAB: 13379-ES)

[...]

**II.2.2 Contratação de empresa para conservação de áreas verdes  
por meio de pregão – utilização de modalidade de licitação  
inadequada** (critérios: art. 1º da Lei 10.520/02)

**Responsáveis:** Nilton Lourenço de Souza (Coordenador de  
Licitações)

Rosa Maria Crivilin (Subsecretária de Gestão e Suprimentos)  
Rubem Francisco de Jesus (Procurador Municipal)

O Representante afirma a Utilização do Pregão seria inadequada  
para os serviços previstos no edital, alegando que não se trata de  
serviços comuns, mas de atividades, em sua maioria, complexas,  
infringindo o art. 1º da Lei 10.520/2002.

Os defendentes alegam:

[...]

A Área Técnica, na Instrução Técnica Conclusiva 300/2020, pondera:

Nos primórdios da utilização do pregão, o dispositivo legal acima  
gerou controvérsia pois deu a entender que seria vedada a  
utilização de pregão eletrônico para serviços de engenharia.  
Contudo, a jurisprudência<sup>27</sup> e a doutrina<sup>28</sup> evoluíram e definiram  
o entendimento de que serviços comuns de engenharia, com  
especificações usuais de mercado, podem ser contratados por



pregão. Diversos serviços de manutenção (inclusive de áreas verdes) foram contratados por diversos órgãos federais e estaduais (conforme citado e demonstrado pela defesa), através de pregões presenciais e eletrônicos, tendo inclusive nossa Corte de Contas (TCEES) adotado esta solução (Pregão Presencial 8/2014).

Ao final, conclui que, considerando a evolução do entendimento jurisprudencial e doutrinário entende-se que a argumentação de defesa é suficiente para **elidir ao apontamento de irregularidade constante no item 2.2.2 da ITI 2417/29015.**

Pois bem.

A Lei nº 10.520/02 estabeleceu o cabimento da modalidade pregão somente para a contratação de bens e serviços comuns, definindo, em seu artigo 1º, que se consideram bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Como bem pondera a área técnica, inicialmente havia uma discussão a respeito da definição de serviços comum. Atualmente, já pacificado o entendimento da vantagem da utilização da modalidade pregão especialmente em razão da agilidade com que a Administração consegue ultimar as licitações, além da economicidade, haja vista que a usualmente consegue-se obter, quando utiliza o pregão, sensível redução de preços.

Não é por outro motivo que tal modalidade esteja sendo amplamente empregada. A título de exemplo, o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado de Governo promoveu licitação na modalidade pregão eletrônico (edital nº 039/2013) para contratação de serviços de manutenção de áreas verdes, conforme processo nº 64409821.

Também a Prefeitura Municipal de Porto Alegre agiu dessa mesma forma, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 17/20209. O mesmo caminho seguiu a Pró-reitoria da Universidade de São Paulo que igualmente elegeu o Pregão Eletrônico como modalidade de licitação para a contratação de serviços semelhantes, conforme edital de nº 00012/2013.

**Diante do exposto, acompanho o entendimento da área técnica para**



**afastar a irregularidade.**

Diante das comprovações de legalidade expostas, mantém-se a modalidade de Pregão Eletrônico para a contratação de serviços de manutenção de Áreas Verdes.

## **II – Ausência de clareza e contradições das regras editalícias;**

Considerando a natureza técnica das alegações, compete avaliação do setor técnico (SEMMAM/GAV). A impugnação fora encaminhada para sua manifestação, a qual colacionamos abaixo:

### **II.a – Contradição na idade máxima dos equipamentos para o Tratamento Fitossanitário (subitem 23.7 do Anexo I – Projeto Básico);**

Os equipamentos para os quais se exigiu prazo máximo de 2,5 anos de fabricação, quais sejam, motosserra, motopoda e roçadeiras (item 24.1.8.9) possuem maior desgaste, o que não se observa no caso do pulverizador, constante no item 23.6.1.

Desse modo, não é razoável o aumento de prazo máximo de fabricação para tais equipamentos, eis que não se equiparam ao desgaste sofrido pelo pulverizador.

### **II.b – Solicita retorno da aba que diz respeito à “Administração Local”;**

Os custos da Administração local estão previstos no BDI, já embutidos, portanto, na planilha de composição de custos, não sendo necessária a inserção de aba específica para tanto.

Aliás, a aba relativa à administração do contrato foi retirada da planilha de composição de custos para evitar equívocos pelas concorrentes.

### **II.c – Divergência no valor do período diurno no serviço de Irrigação (Subitem 5.1.1. – Anexo II – Composição de preços de preços unitários);**

Segundo o consultor Modus Engenharia Ltda, não há nenhuma divergência.

O dimensionamento e consequente composição levam em consideração o custo efetivo da frota de 16 caminhões durante os dias úteis médios do mês, ou seja 25,20 correspondendo 403,24 equipes-dias por mês.

Ocorre que a frota tem utilização efetiva 92% dos dias e 8% ficam à disposição. Assim, temos  $403,24 \times 92\% = 370,98$  e  $403,24 \times 8\% = 32,26$  a soma dos dois (efetivo e a disposição)  $370,98 + 32,26 = 403,24$ .





**II.d – Equívoco na quilometragem utilizada para cálculo do combustível para os caminhões no que diz respeito à Área Livre;**

Conforme apontado pelo consultor Modus Engenharia Ltda, não há equívoco na quilometragem utilizada para o cálculo do combustível, sendo a quantidade de 1.134 km/mês prevista na planilha relativa a 01 (um) caminhão.

Dessa maneira, como há previsão de 02 (dois) caminhões por equipe no projeto básico, o combustível foi multiplicado por dois, totalizando 2.268 km/mês.

Diferente do apontado na impugnação a irregularidade não está na quilometragem do caminhão e sim no quantitativo, o projeto básico dimensiona 02 (dois) caminhões: 1 (um) para a “Área Livre 1”, considerando todo o serviço, e outro para a “Área Livre 2”, considerando a não execução do pavimento. Portanto, 01 (um) caminhão para cada equipe e não 02 (dois) como constava na Composição.

Por essa razão, foi corrigida a quantidade de caminhões indicada na planilha.

**II.e – Falta de clareza no edital se a empresa arrematante poderá apresentar modelo de composições de custos em seu próprio modelo;**

A licitante arrematante poderá utilizar seu próprio modelo, desde que considere na sua composição todos os custos para execução dos serviços de acordo com edital e seus Anexos.

**II.f Falta de clareza na exigência de Qualificação Técnica, subitem 9.3.4 do edital;**

O Projeto Básico não exige quantidade de Atestados de Capacidade Técnica, sendo imprescindível apenas que o atestado contemple os seguintes itens: I. Execução de serviço de arborização (plantio, retirada, poda e área livre); II. Execução de serviços de poda de gramado; III. Execução de Serviços de manutenção e implantação de jardins; e IV. Execução de serviço de irrigação.

Desse modo, a apresentação de mais de um atestado permitirá que os quatro itens sejam contemplados, desde que os serviços tenham sido prestados concomitantemente, mesmo que para contratantes diferentes.

Por inteligência do disposto no Projeto Básico, tem-se que são necessários: ou 01 (um) atestado que contemple todos os quatro serviços indicados prestados a uma só contratante; ou 04 (quatro) atestados distintos, sendo 01 (um) para cada serviço; ou quantos atestados distintos forem necessários, a fim de contemplar os quatro serviços exigidos.



Na hipótese de atestados distintos, os serviços devem ter sido prestados de forma concomitante, ainda que para contratantes diversas.

**II.g – Descumprimento do edital de regras para circulação de veículos (Anexo I – Projeto Básico);**

O caminhão médio a que se refere a alínea “b” do Subitem 23.1.2.2, será utilizado no percentual de 10% (dez por cento) do caminhão que será empregado para a equipe de plantio.

Devem ser entendidas como necessárias as especificações constantes do Subitem 23.2.5, alínea “a”, relativa à retirada de árvores, conforme expressamente constante na parte final da alínea “b”, do Subitem 23.1.2.2 que possui a seguinte redação: “Este equipamento será otimizado, com o item de serviços: Retirada de árvores”.

O que se verifica, portanto, é mero erro material, que será corrigido para evitar equívocos.

**II.h – Os salários e benefícios do “supervisor de turma” e do “motorista carro leve” no serviço de “Poda de Gramado” estão invertidos (Subitem 11.2 – Anexo II – Composição de preços unitários);**

O equívoco apontado não interfere no valor da composição, houve apenas uma inversão de nomenclatura, a qual foi corrigida.

**II.i – A quantidade de funcionários exigidos para o serviço de Poda de árvores não está clara (subitem 23.9.5 – Anexo I);**

A nomenclatura da função suprimida no subitem indicado diz respeito aos jardineiros comuns. A correção será feita no Projeto Básico para evitar equívocos.

**II.j – Contradição entre o Projeto Básico e Planilha de Composição de preços unitários no que diz respeito a quantidade de banheiros químicos;**

Não há nenhuma irregularidade, considerando que não é possível o compartilhamento de banheiros químicos pelas equipes, tendo em vista que as equipes, geralmente, trabalham em pontos distintos.

Desse modo, há a previsão, no Projeto Básico, de 01 (um) banheiro químico por equipe. Assim, sendo 05 (cinco) equipes e 05 (cinco) caminhões, são, portanto, 05 (cinco) banheiros.



**II.k – Divergência no valor do óleo diesel (subitem 9.1 – Anexo II);**

Conforme manifestado pela empresa de consultoria Modus Engenharia, a irregularidade apontada é verdadeira, porém parcial. Afirmou que também existe um equívoco no consumo de combustível por quilometro rodado, em vez de como consta 5,49 Km/l o correto é 3,5 km/l.

Por esta razão, a planilha de composição de custos foi retificada neste item.

**II.l – Os equipamentos “Martelete”, “Rompedor” e “Gerador” constam na planilha de composição de custos, porém, não constam no Projeto Básico;**

O Projeto Básico será complementado para fazer a previsão do martelete rompedor e o respectivo gerador, considerando a necessidade de tais equipamentos para a celeridade na execução do serviço.

**II.m – No que tange à retirada de árvores, está sendo considerada insalubridade para as funções “Jardineiro Motopoda” e “Jardineiro Motosserra”, no entanto, na Convenção Coletiva de Trabalho das categorias não consta tal direito para essas funções;**

Uma vez que o adicional citado não está previsto na CCT, foi retirada a sua previsão na planilha de composição de custos.

Conforme descrito na CCT, caso haja laudo técnico comprobatório correspondente ao grau de insalubridade, o pagamento será devido, ficando a critério da empresa.

**II.n – Nos itens de serviço de irrigação diurna e noturna foi considerada a função “ajudante”, porém, não consta esta função na CCT;**

A irregularidade apontada é correta, tendo sido refeitas as composições para correção da irregularidade apontada.

**II.o – Na função “Agente Controlador” está sendo considerado insalubridade, o que também vai de encontro à Convenção Coletiva, pois também não consta tal previsão;**

Uma vez que o adicional citado não está previsto na CCT, foi retirada a sua previsão na planilha de composição de custos.



Conforme descrito na CCT, caso haja laudo técnico comprobatório correspondente ao grau de insalubridade, o pagamento será devido, ficando a critério da empresa.

**II.p – Indicação de insalubridade para a função “Jardineiro Operador”, mas não há este direito na CCT;**

Uma vez que o adicional citado não está previsto na CCT, foi retirada a sua previsão na planilha de composição de custos.

Conforme descrito na CCT, caso haja laudo técnico comprobatório correspondente ao grau de insalubridade, o pagamento será devido, ficando a critério da empresa.

**II.q – Na mesma linha dos itens anteriores, para Poda de Árvores, as funções de “Jardineiro Motopoda” e “Jardineiro Motoserra” teriam direito a receber insalubridade, o que também não é contemplado na CCT para as citadas funções;**

Uma vez que o adicional citado não está previsto na CCT, foi retirada a sua previsão na planilha de composição de custos.

Conforme descrito na CCT, caso haja laudo técnico comprobatório correspondente ao grau de insalubridade, o pagamento será devido, ficando a critério da empresa.

**II.r – Não foram considerados banheiros químicos para atender as necessidades dos trabalhadores envolvidos na Manutenção de Parques;**

Não foi feita a previsão de banheiros químicos no Projeto Básico para a equipe fixa, haja vista a estrutura física existente nos Parques Urbanos e Naturais do Município de Vitória, as quais poderão ser utilizadas pelas equipes.

No entanto, quanto às equipes móveis, apesar de haver estrutura nos Parques, será incluída previsão de banheiros químicos no Projeto Básico para atender à equipe durante o seu deslocamento.

**II.s – Divergência entre o “Projeto Básico” e “Planilha de Composição de preços unitários” referente à quantidade de gasolina para utilização na roçadeira e motopoda;**

A irregularidade foi corrigida na planilha de composição de custos.



## **II.t – Da desatualização dos preços dos combustíveis (Gasolina e Óleo Diesel);**

Será feito novo orçamento para contemplar não somente os novos salários das CCTs registradas no ano de 2022, mas também os valores atualizados de mercado quanto aos insumos, veículos, mão-de-obra, etc.

## **II.u – Da eventual vistoria nas dependências da licitante vencedora;**

**A impugnante questiona a legalidade em se criar uma comissão para verificar se a empresa vencedora possui condições de atender as demandas previstas antes da adjudicação, tendo em vista que essa também é uma função do certame.**

De plano, deve-se ressaltar que a realização de diligência é um ato discricionário da administração, conforme dispõe o §3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993:

*Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:*

*(...)*

*3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.*

A promoção de diligência é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido no Acórdão 2159/2016 do Plenário que indicou caber ao pregoeiro o encaminhamento de “diligência às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas”.

Neste sentido, é o entendimento do Tribunal de Contas da União, vejamos:

### **Acórdão 2.730/2015 – Plenário**

A promoção de diligência em face do atestado de capacidade técnica pode ter como finalidade tanto a complementação de informação ausente no documento como a confirmação da veracidade dos fatos nele descritos.



### **Acórdão 3.418/2014 – Plenário**

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93)". Acórdão 2730/2015-Plenário".

É preciso conciliar o respeito às regras previamente estabelecidas no edital e, a realização de diligência, cujo objetivo é eliminar dúvidas quanto à capacidade da empresa em executar o contrato, possibilita um julgamento correto, baseado em fatos e dados reais.

Assim sendo, não há dúvidas quando à legalidade em também designar uma comissão, que no caso será a equipe técnica da Secretaria requisitante, para realizar a vistoria, sendo comunicado, previamente, a data, horário e local de sua realização.

Ao realizar a vistoria "in loco", a equipe técnica pode concluir, ainda que inicialmente, se a empresa arrematante terá condições de cumprir o previsto no edital, afastando o risco da Administração de firmar contrato com empresas fantasmas ou com empresas que não têm condições de executar os serviços por não possuírem estrutura física e materiais/equipamentos adequados e em conformidade com o exigido no edital.

Portanto, a realização da vistoria "**in loco**" deverá ser feita sempre que for percebido alguma dúvida quanto a estrutura da empresa para cumprir o contrato a ser firmado com o ente público ou, até mesmo, quanto da existência da empresa.

A discricionariedade da Administração em fazer diligência "in loco" afasta os possíveis licitantes que tinham o intuito de causar prejuízo à Administração ou de celebrar um contrato que não será executado a contento.

Por fim, é imprescindível a possibilidade de realização de diligência para solucionar as dúvidas que surgem no decorrer da licitação, evitando assim a Inabilitação de empresas competentes para a prestação do serviço, bem como reduzir a possibilidade de contratação de empresas com interesses escusos que trariam prejuízos ao erário e a população em geral.

Diante do exposto, resta comprovado que a realização de diligência/vistoria "in loco" não incorre em nenhuma ilegalidade.

### **II.v – Falta de clareza entre o subitem 9.3.6.1 e Anexo IV do Edital;**



Sustenta a impugnante que as exigências contidas no subitem 9.3.6.1 e Anexo IV necessitam de correção, pois não está claro o disposto em suas redações.

Vejamos o que determina o edital:

#### **9.3.6. OUTROS DOCUMENTOS**

**9.3.6.1.** São exigidos, ainda, os seguintes documentos:

**I. DECLARAÇÃO**, expedida pela licitante, de que, **no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, após assinatura do contrato**, disponibilizará, na Região da Grande Vitória, instalações físicas, equipamentos e pessoal técnico necessário ao eficiente cumprimento do contrato.

#### **ANEXO IV (DO EDITAL) – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SEGES/GCL/CCL  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20XX**

A ..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, sob as penas da Lei, que **por ocasião da contratação, disporá** das instalações, dos veículos, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação. **(GRIFAMOS)**

Com uma leitura simples e atenta, verifica-se que não há obscuridade ou necessidade de “aclaramento” das redações conforme defendido pela impugnante, pois no MODELO da declaração a empresa, **POR OCASIÃO DA CONTRATAÇÃO**, ou seja, no momento da contratação, quando da assinatura do contrato, **DISPORÁ**, o que quer dizer o mesmo que **“arrumará”, “preparará”, “colocará”, “arranjará”, “organizará”** as instalações necessárias, dos veículos, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação. A Contratada se compromete a atender tais exigências futuramente, sendo este “futuro” com o prazo determinado de **ATÉ 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS**, conforme determinado no item 9.3.6.1, inciso I do edital, portanto, as redações se completam e não se divergem, como tentou alegar o impugnante.

Sendo assim, o edital permanecerá inalterado nos citados relatos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
CENTRAL DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS  
Coordenação da Central de Licitações

|              |                     |
|--------------|---------------------|
| Processo n.º | <b>1038890/2021</b> |
|--------------|---------------------|

#### **4. DA CONCLUSÃO**

Tendo cumprido com as formalidades legais, **CONHECEMOS A IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA** e, na análise do mérito, **JULGAMOS PARCIALMENTE PROCEDENTE**.

Em 15 de fevereiro de 2022.

Karina Adelina Schwartz  
**Pregoeira Municipal**



**Assunto:** Julgamento Impugnação - P.E. 172/2021 - Áreas Verdes

**De:** Karina Adelina Schwartz <kaschwartz@correio1.vitoria.es.gov.br>

**Data:** 15/02/2022 13:28

**Para:** "quirino\_ferreira@uol.com.br" <quirino\_ferreira@uol.com.br>

Prezados, boa tarde!

Segue Julgamento da impugnação apresentada.

--

--

Att,



**Karina Adelina Schwartz**

Pregoeira Municipal

Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação

SEGES/EP

Tel: (27) 3382-6037

[www.vitoria.es.gov.br](http://www.vitoria.es.gov.br)

— Anexos: —

|                                  |       |
|----------------------------------|-------|
| Manifestação SEMMAM_GAV.2pdf.pdf | 502KB |
| Julgamento.pdf                   | 2,8MB |